

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

### **QUESTÃO 1**

Disserte sobre o que aconteceu com a ordem jurídica brasileira anterior à Constituição de 1988 com enfoque na revogação (3 pontos), na recepção (4 pontos) e na (im)possibilidade de controle de constitucionalidade (3 pontos).

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

### **QUESTÃO 2**

Lei a o texto a seguir e, em seguida, responda os questionamentos.

“A direção da Polícia Federal *exonerou* nesta quinta-feira (15) o superintendente do Amazonas, delegado Alexandre Saraiva. A decisão foi tomada no mesmo dia em que Saraiva enviou ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma notícia-crime contra o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles e também contra o senador Telmário Mota (Pros-RR). Na ocasião, o superintendente apontou que Salles dificultou a fiscalização ambiental e atuou para obstruir uma investigação que apreendeu madeira ilegal. Para seu lugar foi indicado o delegado Leandro Almada. (...)” (Notícia publicada em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/breves/superintendente-que-pediu-investigacao-contra-salles-e-exonerado-pela-pf/>. Acesso em: 03.11.2021)

Examinando o caso acima noticiado, responda se a exoneração realizada no caso concreto foi compatível com a disciplina constitucional dos agentes públicos, explicando o instituto da estabilidade, a sua importância constitucional, requisitos para sua aquisição e formas de extinção do vínculo entre os agentes públicos e a Administração.

## **DIREITO PRIVADO E TEORIA GERAL DO DIREITO**

### **QUESTÃO 3**

Elabore resposta breve – porém consistente – a respeito do instituto da **compensação** no direito privado (natureza, requisitos e consequências jurídicas).

## **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

### **QUESTÃO 4**

Discorra acerca da efetividade e celeridade da atividade jurisdicional à luz do sistema de precedentes instituídos pelo Código de Processo Civil.

## **DIREITO TRIBUTÁRIO**

### **QUESTÃO 5**

Leia o texto abaixo e discorra sobre as possibilidades de melhoria nas relações “Fisco e contribuinte” tendo como base uma administração pública dialógica. Correlacione os fundamentos da administração pública dialógica com os institutos do Direito Tributário, como o parcelamento (suspensão da exigibilidade do crédito tributário), isenção (exclusão do crédito tributário), a transação (extinção do crédito tributário), a dilação de prazos, dentre outros.

“O presente artigo analisa os atuais paradigmas da administração pública e seus reflexos no âmbito da administração fazendária. O contexto contemporâneo exige novos procedimentos dos agentes fazendários e dos cidadãos-contribuintes, com uma atuação mais célere, transparente, eficiente e colaborativa dos agentes envolvidos na relação tributária. Tanto o Fisco como o contribuinte têm de se esforçar na instauração do diálogo e, conseqüentemente, na redução dos litígios. Demonstra-se que a busca de acordo acerca do crédito tributário é, além de medida racional e eficaz na resolução dos conflitos tributários, uma exigência do mundo contemporâneo”.

(Fernandes, A. D., & Cavalcante, D. L. (2018). Administração fiscal dialógica. *Revista De Direito Administrativo*, v. 277, n. 3, p. 49–70, Disponível em: <https://doi.org/10.12660/rda.v277.2018.77676>. Acesso em: 04 de out. 2021.